



Mídia e Memória: uma breve análise do uso dos meios de comunicação na construção da memória coletiva e individual¹.

Bruno Ribeiro NASCIMENTO²
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O objetivo deste artigo é comentar brevemente como os meios de comunicação social influenciam na nossa memória individual, bem como ajudam a moldar o que entendemos por memória coletiva. Para isso, faremos uma revisão bibliográfica sobre o conceito de memória, vendo os principais debates que o termo trouxe na filosofia, na neurociência e nas ciências sociais. Neste contexto, comentaremos o papel da tecnologia no processo de formação das memórias sociais, desde o tempo de Platão até a atualidade. Essa breve explanação mostrará que, uma vez que nossas lembranças não são exatamente nossas, mas são constituídas no interior de um grupo social no qual participamos, a memória coletiva atual certamente se passa de forma significativa pelos meios de comunicação social.

Palavras Chaves: Memória Coletiva. Mídia. Platão. Tecnologia. Halbwachs.

BREVE HISTÓRIA DA MEMÓRIA NA GRÉCIA ANTIGA E A TRADIÇÃO ORAL

Em um dos trechos de *Fedro*, Platão narra um interessante diálogo entre o rei egípcio *Tamuz* e o deus inventor *Thoth*. A história havia sido contada e comentada por Sócrates. De acordo com o filósofo grego, *Thoth* havia ido ao palácio do rei apresentar suas invenções para os egípcios: o cálculo, a geometria, a astronomia, os jogos de damas e de dados e os caracteres gráficos. *Tamuz* comentava cada um dos inventos, elogiando ou censurando conforme os inventos ia lhes parecendo bons ou más. Quando chegou à escrita, *Thoth* afirmou: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escritura descobri o remédio para a memória” (PLATÃO, 2000, p. 121). Entretanto, o rei *Tamuz* fez uma ressalva ao afirmar que é justamente o contrário que pode acontecer.

Oh, *Thoth*, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outro julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, nesse momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ele pode vir a fazer! Ela tornará o homem mais esquecido, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos (PLATÃO, 2000, p. 121).

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupecj - Grupo de Estudos sobre o Cotidiano e o Jornalismo, vinculado ao PPGC/UFPB. E-mail: rn.brunno@gmail.com



Ainda segundo o rei *Tamuz*, a escrita ofereceria uma falsa sabedoria, uma vez que as pessoas aprenderiam mediante a leitura sem a necessidade de instrução. Por isso, elas se considerariam “muito sabedores” quando na verdade seriam ignorantes (PLATÃO, 2000). Pode ser tentador tecer qualquer comentário crítico sobre o ‘pessimismo’ de Platão. Mas é importante lembrar que o filósofo grego viveu entre o choque entre a cultura da escrita e a cultura oral. Ou seja: “Platão viveu em um momento no qual a dimensão da ‘oralidade’, que constituía o eixo de sustentação da cultura antiga, perdia importância em favor da dimensão da ‘escritura’, que se tornava predominante” (REALE, 1994, p. 13).

Para ele, o texto escrito deve ser um tesouro, mas na medida em que é um recurso útil à memória. Em outras palavras, o texto escrito não teria a finalidade de ensinar ou de educar, mas sim de avivar, ou seja, ajudar a lembrar, auxiliar a memória daquelas pessoas que são educadas, que já possuem determinado conhecimento. Ter o texto escrito como um portador de saber seria o mesmo que interrogar um morto, já que a escrita sempre repete a mesma coisa. Nesse sentido, a escrita não fortalece a memória, não aumenta o saber, nem educa as pessoas. Apenas ajuda a trazer à lembrança as coisas já sabidas. Por isso, Platão não confia aos escritos, e sim ao discurso oral, as coisas que ele classifica como de ‘maior valor’.

Se alguém expõe suas regras de arte por escrito e um outro vem depois, que aceite esse testemunho escrito como sendo a expressão sólida de uma doutrina valiosa, esse alguém seria tolo, não entendendo o aviso de Amon, e atribuiria maior valor às teorias escritas do que a um simples tópico para rememoração do assunto tratado no escrito, não é assim? (PLATÃO, 2000, p. 122).

Para entender o pensamento de Platão, é necessário compreender que a memorização era central no mundo antigo. Os gregos consideravam a memória uma entidade divina, a deusa *Mnemosyne*, mãe das musas e esposa de Zeus, que protege as Artes e a História por ser responsável por dar aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado a fim de ajudá-los a lembrar para a coletividade. Marilena Chaí (1999) comenta que, para os gregos, esse dom tornava o homem imortal, uma vez que quando o artista ou historiador registra em suas obras os gestos, atos ou palavras de um ser humano, essas ações nunca serão esquecidas, tornando-se assim memoráveis, perpétuas, perenes. No mundo grego, a memória aparecia com muita força em outras áreas da vida dos antigos, como na retórica, na educação, no conhecimento e no dia a dia em geral.

Armazenar, reter, evocar, lembrar, entre outras coisas, auxiliava, por exemplo, a medicina da época. Um antigo aforismo, atribuído a Hipócrates, comentava: “*A vida é breve, a arte é longa, a ocasião escapa, o empirismo é perigoso e o raciocínio é difícil. É preciso*



“não só fazer o que convém, mas também ser ajudado pelo paciente” (CHAUI, 1999, p. 126)³. Nesse sentido, o médico do tempo de Hipócrates praticava com o paciente a arte da *anamnese*, da reminiscência, do ajudar a lembrar. Ou seja, através de uma entrevista e de perguntas específicas, o médico auxiliava o paciente a relembrar os fatos que antecederam a doença a fim de perceber as circunstâncias que levaram aquela pessoa a adoecer (CHAUI, 1999). O objetivo era claramente obter informações úteis na formulação de um diagnóstico e atendimento médico para as pessoas. Por isso, a *anamnese* possuía, e ainda hoje possui, técnicas adequadas a serem aplicadas.

Desse exemplo, é possível entender o ‘choque’ e o pessimismo de Platão com relação à invenção da escrita. Para o filósofo grego, havia uma supremacia da dimensão da oralidade sobre a escrita. Ainda para o filósofo grego, o funcionamento da memória podia ser comparada a uma tabuleta de cera, na qual impressões poderiam ser feitas, depois armazenadas para que mais tarde fosse possível evocá-las (PLATÃO, 2000).

Antes de invenção da escrita, e ainda hoje nas sociedades de tradição oral, a *palavra falada* ocupava um lugar-chave no dia a dia das pessoas. Ela tem “como função básica a gestão da memória social” (LEVY, 1993, p. 77). Ainda hoje, é possível dizer que a tradição oral não está morta: nas escolas, nas casas, nas ruas, as crianças são ensinadas a aprender de cor, de memória, de ‘cabeça’, um conjunto de rimas, poemas, canções, frases, aforismo e outras coisas que fazem parte da oralidade. Algumas delas pertencem a certos grupos religiosos, no qual são ensinadas a recitar suas orações.

Em suma, pode-se dizer que a infância é uma das fases do *Homo Sapiens* que é essencialmente voltada para uma cultura oral tribal. A transição desta cultura oral ocorre quando a criança é ensinada a ler e escrever. Então, a criança entra no mundo da cultura do manuscrito (MCLUHAN, 1977). Afinal, como lembra Pierre Levy, “a maior parte do conhecimento em uso em 1990, aqueles que nos servimos em nossa vida cotidiana, nos foram transmitidos oralmente, e a maior parte do tempo sob a forma de narrativa” (LEVY, 1993, p. 84). Aprendemos uma língua, aprendemos o nome das pessoas, aprendemos a categorizar as coisas, enfim, aprendemos todas essas coisas de forma oral.

Nesse tipo de sociedade de tradição oral⁴, “quase todo o edifício cultural está fundado sobre as lembranças dos indivíduos” (LEVY, 1993, p. 77). Inteligência e memória andam de

³ Todos os itálicos presentes nas citações desse artigo foram empregados originalmente pelos autores.

⁴ Pierre Levy (1993, p. 77) faz uma classificação entre (a) oralidade primária e (b) oralidade secundária. A primeira, “remete ao papel da palavra antes que uma sociedade tenha adotado a escrita”. Já a segunda está ligada “a um estatuto da palavra que é complementar ao da escrita, tal como o conhecemos hoje”.



mãos juntas. Conhecer é lembrar. A audição é um dos principais responsáveis pelo conhecimento. Nas mitologias antigas, isso é refletido claramente nas várias características dos deuses e dos povos: *Bardos* e *Aedos* aprendiam seu futuro ofício escutando as pessoas mais velhas; a deusa *Mnemosina* tinha um lugar bastante privilegiado na genealogia dos deuses; muito próxima de suas raízes orais, a escrita suméria denotava a sabedoria representado uma cabeça com grandes orelhas (LEVY, 1993). A escrita veio depois da oralidade. Primeiro aprendemos a falar e escutar. Só depois é que somos ensinados a ler e decodificar. Como lembra Calvet:

Todas as sociedades de tradição escrita foram, em um momento de sua história, sociedades de tradição oral. Os homens falaram antes de escrever [a melhor prova disso está em que se estuda o *nascimento* da escrita] e organizaram sua sociedade em função da fala (CALVET, 2011, p. 140-141)

As dimensões espaço-temporal nessas sociedades se davam em interações face a face. Em outras palavras, as pessoas se comunicavam sempre num contexto de *co-presença*. “Os participantes estão imediatamente presentes e partilham um mesmo sistema referencial de espaço e de tempo” (THOMPSON, 2009, p. 78). Como não havia uma memória artificial, exterior ao homem, a lembrança era essencial para reter e guardar as histórias, os mitos, o tempo que se foi e que não volta mais. O armazenamento das informações na mente era o que salvava a identidade das pessoas da perda total.

Thompson (2009) enumera outras características desse tipo de interação face a face: (a) há um caráter marcadamente dialógico, uma vez que os fluxos da informação e da comunicação vão e vêm no mesmo espaço-temporal; (b) as palavras podem vir acompanhadas de deixas simbólicas: gestos, piscadas, sorrisos, entonações, tudo isso auxiliando no processo de redundância da mensagem, evitando interpretações equivocadas. Por isso, “nas sociedades sem escrita, a produção de espaço-tempo está quase totalmente baseada na memória humana associada ao manejo da linguagem” (LEVY, 1993, p. 78). Conhecer, nesse tipo de sociedade, era e é literalmente sinônimo de decodificar, armazenar e evocar.

MEMÓRIA, RECONSTRUÇÃO E A TRADIÇÃO DE BARTLETT

Para a neurociência moderna, a distinção tripla formulada por Platão – codificar, armazenar e evocar – permanece entre os cientistas que estudam o assunto. Essa é a lógica de qualquer sistema de memória eficiente. Como *Homo Sapiens*, temos a capacidade de receber as informações, reter esses dados de maneira fiel durante um longo período de tempo e recuperá-los quando for preciso. Nossa memória falha quando há o bloqueio de um ou mais



desses três componentes (FOSTER, 2011). Esse processo também se aplica a outros tipos de memórias, como o gravador de áudio, o gravador de vídeo, o HD do computador, etc.

Paul Broca (1824-1880) foi o primeiro estudioso a indicar que funções cerebrais específicas se localizariam em lugares específicos de nosso cérebro. Ele foi o descobridor da agora conhecida *área de Broca*, região do cérebro responsável pela produção da linguagem, da fala e da compreensão. Já Wilder Penfield (1891-1976) foi um neurocirurgião norte-americano que encontrou evidências de uma base física para a memória: ao tratar de pacientes com epilepsia, ele criava um estímulo elétrico em pequenas regiões do córtex cerebral. Dessa forma, durante as cirurgias, os pacientes relatavam memórias detalhadas de eventos ocorridos há muito tempo. Quando ele estimulava a mesma área, a mesma memória surgia na mente do paciente. “O fato de que a mesma memória era evocada por estímulos repetidos no mesmo local sugeria que memórias específicas, além de ter uma base física, também tinha uma determinada localização física no cérebro” (O’SHEA, 2010, p. 107).

No entanto, apesar de diferentes tipos de memórias⁵ serem adquiridas e armazenadas em diferentes locais do cérebro, é importante lembrar que nossa capacidade de codificação, armazenamento e evocação não é uma atividade puramente biológica. Ou seja, “os aspectos biológicos e químicos da memória não explicam o fenômeno no seu todo, isto é, como forma de conhecimento e de componentes afetivos de nossa vida” (CHAUI, 1999, p. 128). Nesse sentido, Jonathan Foster (2011, p. 29) afirma que é “mais correto tratar a memória como *atividade* do que como uma *coisa*”.

Chauí (1999) afirma que, no processo de memorização, entram em cena componentes objetivos e subjetivos. Isso acontece porque, por um lado, nos componentes objetivos, temos em funcionamento atividades fisiológicas e químicas, onde existem determinadas zonas responsáveis pela codificação, armazenamento e evocação - como demonstrou Penfield -, bem como substâncias químicas que operam na construção e conservação do que é lembrado. Além disso, a estrutura do objeto em si também ajuda. Ou seja, apesar do processo de gravação e registro cerebral ser o mesmo, é bem mais fácil memorizar uma melodia do que barulhos dispersos; é mais fácil memorizar círculos e quadrados do que linhas dispersas.

Por outro lado, nos componentes subjetivos, a importância daquele fato para nós, o modo como algo nos foi apresentado, a necessidade de determinado fato ou aprendizagem para nossa vida, o prazer e a dor que determinado fato ou fator X produziu em nós, etc, torna

⁵ A memória humana não representa uma entidade única, mas “um conjunto de várias capacidades diferentes” (FOSTER, 2011, p. 29). Há a memória de longo prazo, memória de curto prazo, memória episódica, memória processual, etc. Por isso, “diferentes tipos de memória são adquiridos e armazenados por regiões cerebrais diferentes” (O’SHEA, 2010, p. 108).



memorável determinada cena ou processo. É a junção entre esses dois lados que torna possível o que entendemos por memória. Assim, “mesmo que nosso cérebro grave e registre tudo, não é isso a memória e sim o que foi gravado com um sentido ou com um significado para nós e para os outros” (CHAUI, 1999, p. 128).

Uma das grandes pesquisas clássicas sobre memória foi realizada Frederick Bartlett (1886-1969), na primeira metade do século XX. Seus estudos envolveram os processos cognitivos e sociais que entram em campo na memorização e na lembrança. Bartlett recitava fábulas curtas, que possuíam uma sequência de eventos que eram sutilmente ilógicas. Em seguida, pedia para as pessoas lembrarem as históricas e recitassem o máximo possível do que foi memorizado. É interessante notar que a maioria das pessoas tinha dificuldade para recordar toda a história, especialmente onde os elementos não se encaixavam em seus próprios esquemas mentais, visões de mundo e arquétipos. Algumas tendências gerais das pessoas que recitavam as histórias incluíam:

Quando lembradas, as histórias tendiam a se tornar mais curtas; as histórias se tornavam mais coerentes: ou seja, as pessoas pareciam dar sentido a materiais não familiares e para isso faziam ligações entre esses materiais e suas ideias, conhecimento geral e expectativas culturais preexistentes; as mudanças feitas pelas pessoas quando se lembravam de uma história tendiam a estar associadas às reações e emoções que elas experimentaram quando a leram pela primeira vez (FOSTER, 2011, p. 18).

Bartlett observou que as pessoas recordavam das histórias à sua própria maneira. Daí, ele inferiu que a característica principal da memória era ser ‘reconstrutiva’ e não ‘reproduzível’. Ou seja, nossa memória tem uma grande capacidade de reconhecer padrões, de fazer com que os fatos façam sentido, de reconstruir as coisas para que estejam dentro de uma coerência geral, funcionando assim por associação. A mente humana tenta dar sentido ao que observa no mundo e isso influencia diretamente o tripé: codificação, armazenamento, evocação. “Em vez de *reproduzirmos* o evento ou a história original, geramos uma *reconstrução* baseada em nossos pressupostos, expectativas e ‘conjuntos mentais’ já existentes” (FOSTER, 2011, p. 18).

Aliás, nesse ponto, é importante afirmar que nossa capacidade de memorização só é possível porque vivemos num mundo ordenado, cognoscível, padronizado. Afinal, “para conservar a lembrança e, de maneira mais ampla, para pensar, é necessário memorizar um mundo previamente ordenado” (CANDAUI, 2011, p. 83). Com uma mente apta para reconhecer essas simetrias, vemos o sol ‘girar’ diariamente ‘em torno’ da terra, seguido da noite e da lua; vemos as sementes caírem no chão, receberem água, crescerem e darem frutos;



vemos os seres vivos passarem por estágios de crescimento, precisando se alimentar em períodos regulares de tempo. Daí que o reconhecimento e a formação de padrões que nossa mente tenta captar se torna essencial para a sobrevivência humana.

Esses esquemas que a memória humana tenta preencher foram denominados na época por Bartlett de “esforço em busca de significado”. “Os esquemas nos ajudam a dar sentido a situações familiares, guiam nossas expectativas e fornecem uma estrutura dentro do qual as novas informações são processadas” (FOSTER, 2011, p. 77). A memória lembra ou esquece o que passou com o objetivo futuro. Ou seja, codificamos, armazenamos e recuperamos informações a fim de empregá-los num futuro que nos será útil.

Algumas pesquisas indicam que aparentemente as pessoas têm problemas para entender informações que não se baseiam em esquemas previamente adquiridos. Há expectativas que tentamos ‘preencher’ mentalmente no nosso dia a dia. Daí, “as pessoas tendem a lembrar o que é coerente com seus esquemas, mas filtram o que é incoerente” (FOSTER, 2011, p. 81). Assim, mesmo que não tenhamos consciência desse processo, nossa memória é construída como um mosaico, onde existem peças de coisas que realmente lembramos juntamente com o nosso conhecimento geral sobre como devemos montar essas peças (FOSTER, 2011).

Nesse sentido, apesar de um evento, seja um jogo de futebol, seja um filme no cinema, serem captados objetivamente, eles são construídos subjetivamente pela pessoa que participa de determinado acontecimento. Como afirma Joël Candau (2011, p. 16), “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”. Assim, dar sentido, reconstruir, modelar e ‘logizar’ são todas características importantes da memória humana a fim de tentar compreender e sobreviver num mundo ordenado. A trajetória de vida e o estado emocional influencia bastante no nosso armazenamento.

Teríamos dificuldade de reduzir a memória a uma simples forma de cognição, pois ‘ela é sem dúvida a própria forma de cognição’ [...]. De fato, é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória [...]. Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem [...] conferindo-lhe sentido (CANDAU, 2011, p. 61).

Com base nisso, preferimos o familiar ao desconhecido, o reconhecido ao que nos é ainda uma incógnita, o que temos algum tipo de ‘intimidade mínima’ ao que nunca vimos na vida. Aliás, é isso que faz a publicidade: faz com que os produtos nos sejam familiares. “É sabido que retemos melhor as informações quando elas estão ligadas a situações ou domínios de conhecimento que nos sejam familiares” (LEVY, 1993, p. 80).



Como nossa memória coloca em ordem e torna coerentes os acontecimentos que são julgados significativos para determinados momentos, o distanciamento que temos do passado permite que nessa reconstrução haja uma mistura complexa entre história e ficção, facticidade e estética (CANDAU, 2011). O que somos, o que sentimos, o que desejamos e o que nos é induzidos no momento em que evocamos a lembrança se torna parte dessa cadeia de reconstrução. No entanto, é importante lembrar que algum tipo de reprodução objetiva existe sim. Mas sempre uma reprodução construída subjetivamente.

Uma história de vida consiste em dar fisionomia aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade. Quando opera a memória, o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, quer dizer, com o tempo de instância da palavra, enquanto na enunciação histórica é o acontecimento que constitui o marco temporal pelo sujeito da enunciação [...]. Os acontecimentos são tempos fortes que fazem memórias fortes; a dissolução do acontecimento na banalidade do todo-acontecimento origina, com certeza, memórias fracas (CANDAU, 2011, p. 101).

HALBWACHS E A MEMÓRIA COLETIVA

As normas sociais e culturais de nossa sociedade influenciam nesse processo de memorização. Afinal, o ordenamento que damos ao mundo nunca é puramente individual. Conseguimos fazê-lo porque vivemos em meio a uma sociedade que já o fazia antes de nossa chegada. Através das imagens, da linguagem, das referências de espaço e tempo, dos acontecimentos que a coletividade julga importantes, formamos nossa memória a partir de uma memória coletivamente já formada. Adotamos, mesmo sem perceber, esse quadro de referências local. Dessa forma, todos nós lançamos mão de “mapas culturais de significados” (HALL, 1993) que existem na sociedade a fim de interpretar a realidade. Entende-se por mapas culturais uma quantidade comum de conhecimentos que cria determinados consensos sociais e que é maior do que aquilo que divide a sociedade. Eles formam os enquadramentos sociais – as interpretações acerca do mundo natural e social sobre o qual o ser humano atua.

Como seres interpretativos e instituidores de sentido, o *homo sapiens* é capaz de criar códigos que dão sentidos e significados às ações e práticas realizadas na sociedade. Esses códigos também nos permitem interpretar significativamente as ações dos outros. De acordo com Stuart Hall (1993), tomadas em seu conjunto, esse processo de atribuição de sentido constituem nossa cultura, contribuindo assim para assegurar que toda ação social seja “cultural”, que todas as práticas sociais expressem ou comuniquem um significado, sendo por isso práticas de significação. Por isso, o significado de uma mensagem não é fixo, nem pré-determinado, mas sim eventual, contextual e multi-referencial. Não há uma lógica



determinante global que nos permite decifrar o significado ou o sentido ideológico de uma mensagem a partir de grade pré-estabelecida de significados prontos e acabados. O que existem são diferentes formas de leitura e de decodificação.

Essa corrente social que seguimos, inconscientes que estamos sendo levados pela correnteza dos mapas culturais de significado, é invisível. Por isso, a memória é sempre um processo coletivo, uma vez que, por mais singular que seja o que codifiquei, armazenei e evoquei, esse processo só é possível porque sou socialmente construído, porque lanço mão dos consensos culturais. Aquilo que a sociedade ressalta, eu, como indivíduo e motivado pela sociedade, irei ressaltar. Aquilo que a sociedade ignora, eu, provavelmente, como indivíduo, irei ignorar. Os fatos que lembramos, as motivações que temos, as coisas que consideramos importantes, isso tudo pode ser considerado fruto de uma coletividade. Como afirma Michael Pollak (1989, p. 7), a memória é “uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”. Nesse sentido, Candau afirma que:

Recordar, assim como esquecer, é, portanto, operar uma classificação de acordo com as modalidades históricas, culturais, sociais, mas também bastante idiossincráticas [...]. É a partir de múltiplos mundos classificados, ordenados e nomeados em sua memória, de acordo com uma lógica do mesmo e do outro subjacente a toda categorização [...] que um indivíduo vai construir e impor sua própria identidade [...]. Os estereótipos serão, muitas vezes, as muletas de um pensamento classificatório frutado ou posto em questão por uma massa de informação muito complexa ou desordenada (CANDAU, 2011, p. 84).

Para Maurice Halbwachs (2006, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Dessa forma, a memória coletiva envolve várias memórias individuais, sem necessariamente estar presas a elas. Estamos num universo social, onde, para formar nossas lembranças, precisamos lançar mão das lembranças dos outros. Halbwachs (2006) afirma que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva previamente existente. Assim, a memória coletiva são construções dos grupos sociais. Eles é que determinam o que é ou não memorável. Afinal, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).



Nossas lembranças não são exatamente nossas: são constituídas no interior de um grupo social⁶ no qual participamos. Idéias, reflexões, sentimentos, paixões e imaginários que atribuímos a nós, são na verdade inspirados pelo grupo. Há assim, um processo de negociação entre a memória coletiva e nossas memórias individuais. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Por isso, pode-se dizer que as memórias de um individuo nunca são só suas. Nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade⁷.

MEMÓRIA COLETIVA, TECNOLOGIA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

É significativo o fato de que, hoje em dia, os meios de comunicação possuem uma influencia considerável sobre nossa sociedade. Por isso, ao se falar em memória coletiva e em mapas culturais de significados no qual lançamos mão, é importante ressaltar que, atualmente, é na mídia que buscamos orientação, servindo-nos assim como ponto de referência para nossa sociedade. Para Silverstone (2005, p. 20), a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum”.

Em nossa era midiática, criamos um conjunto de memórias de segunda mão. Narrativas, imagens e acontecimentos são reproduzidos e reformulados, mas também questionados e contestados, através do que lemos, ouvimos e vemos na TV, no rádio na internet e nos jornais e revistas. Por isso, atualmente, “nossa mídia, tanto intencionalmente como à revelia, é instrumento para articulação da memória” (SILVERSTONE, 2005, p. 234).

Nossa memória de segunda mão começou com a invenção da escrita. Isso por um simples motivo: “a escrita aposta no tempo” (LEVY, 1993, p. 88). Com ela, os contextos espaços-temporais são distintos, as deixas simbólicas são diminuídas, há um intervalo de tempo, às vezes significativo, entre emissão e recepção, entre outras características que diferencia a tradição oral da tradição escrita. Nesse sentido, a escrita possibilita uma situação comunicacional radicalmente nova: “pela primeira vez, os discursos pode ser separados das circunstâncias particulares em que foram produzidos” (LEVY, 1993, p. 89).

⁶ Por grupo, Halbwachs (2006) entende os grupos de referencias no qual o individuo fez ou faz parte, estabelecendo assim uma comunidade de pensamento. Dentro desse grupo, esse individuo se identificou e fundiu seu passado.

⁷ Aqui, é importante citar Candau (2011) quando ele afirma que “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos, e eliminações feitas sobre as heranças” (CANDAU, 2011, p. 47). A memória coletiva segue, nesse sentido, a mesma lógica que Bartlett identificou na memória individual humana.



A invenção da escrita é algo tão significativo que a própria história já chegou a ser dividida em antes e depois da escrita. A diferença entre uma sociedade de tradição oral e uma sociedade de tradição escrita não está apenas na forma de comunicação: designam também duas formas completamente diferentes de sociedade. Afinal, “a escrita reorganiza a sociedade” (CALVET, 2011, p. 141). Ela vem para tentar resolver o problema da memória social e da conservação. Ela existe fora de nós. É fixada em registros, documentos, tabletes de barro, monumento, entre outras técnicas que estão fora do cérebro humano. Aqui, é importante lembrar que “não se inventa a escrita pelo prazer de escrever, mas porque se tem algo a anotar, a conservar na pedra ou no pergaminho” (CALVET, 2011, p. 124). Nesse sentido, como lembra Candau (2011), a tradição escrita facilita o trabalho dos portadores, guardiões e difusores da memória. Para ele:

Podemos, então, levantar a hipótese de que a escrita facilitou a socialização de um certo conteúdo memorial mais consistente do ponto de vista factual e, provavelmente, superficial, do ponto de vista das representações. Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória (CANDAU, 2011, p. 108).

Nesse sentido, a memória coletiva do *Homo Sapiens* atual difere muito das memórias coletivas das diversas culturas orais. Se nas sociedades de tradição oral, conhecer é lembrar, nas sociedades de tradição escrita conhecer é decodificar. A transmissão é uma necessidade humana fundamental. Por isso, “toda sociedade tem necessidade de se transmitir, de transmitir seus conhecimentos, suas descobertas, suas técnicas; e ela mesma se dota dos meios para essa transmissão” (CALVET, 2011, p. 143).

A tecnologia no geral, e os meios de comunicação em particular, trazem consequências significativas para a formação da memória coletiva. Afinal, lembranças coletivas, como as que ocorrem em sociedades orais, não são exatamente necessárias, já que temos registros e textos para isso. Platão parece aqui soar como um profeta: nossa memória social será, de alguma forma, mediada, sem necessariamente precisarmos estar preocupados na memorização dos acontecimentos.

A tecnologia altera significativamente nossas percepções⁸. Ela transforma nossos padrões, nossa forma de pensar, de visualizar, até de raciocinar. Como nos lembra Marshall

⁸ “Se se introduz uma tecnologia numa cultura, venha ela de fora, ou de dentro, isto é, seja ela adotada, ou inventada pela própria cultura, e se essa tecnologia der novo acento ou ascendência a um ou outro de nossos sentidos, altera-se a relação mútua entre todos eles” (MCLUHAN, 1977, p. 48-49).



McLuhan (2007, p. 63), “qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo”.

Para McLuhan (2007, p. 83), “a mudança técnica não altera apenas o hábito da vida, mas também a estrutura do pensamento e da valoração”. Isso não é de forma alguma novidade na história humana. Tecnologia e cultura sempre estiveram, de alguma forma, amalgamados, juntos. Uma tecnologia sempre surge ou é moldada por algum alto criativo humano. E essa mudança transforma nossa maneira de ver o mundo, de perceber a realidade. O advento da televisão propiciou à nossa sociedade novas experiências simbólicas, distantes do contexto de produção, que, de outra forma, não seria possível. A invenção da tipografia alterou nosso olhar, nossa forma de sentir (MCLUHAN, 1977). Invenções como o forno de micro-ondas ou o controle remoto potencializou para nossa sociedade uma correria desenfreada: tudo é pra ontem, tudo é rápido, tudo é *fast*⁹. Como enfatiza Armand Mattelart (2006, p. 75),

Desde o início da hominização, a mão, a linguagem, o córtex sensorio motor constituem o triângulo em torno do qual giram a história da organização da memória coletiva e a exteriorização dos órgãos da tecnicidade. O instrumento está apenas no ‘gesto que o torna eficaz’ e a sinergia operatória entre um e outro pressupõe a existência de uma memória na qual se inscreve o programa do comportamento. A realização de programas automáticos é um fato culminante na história humana, de importância comparável ao aparecimento do percussor (contemporâneo do martelo, da clava e da espátula) ou da agricultura. Essa paciente evolução dos instrumentos – gestos – memória é constitutiva da aventura humana da planetarização.

E como isso está relacionado à memória social? Pensemos na nossa infância: aqueles que cresceram vendo televisão têm como ‘sentimento de nostalgia’ os desenhos da década de 1980 e 1990, como Tom e Jerry, os Simpsons, Looney Tunes – ou até outros desenhos da década de 1970 ou antes. Quando se fala em contos de fadas, as imagens que vem à nossa mente são a dos desenhos da *Disney*: Branca de Neve, Cinderela, os Três Porquinhos, e não necessariamente a obra dos Irmãos Grimm. A mídia tem uma capacidade de construir um passado tanto público quanto para o público (SILVERSTONE, 2005).

As fotografias e os vídeos nos trouxeram muitas cenas de notícias, de filmes, de fotos, de citações, de canções, etc, que são familiares para boa parte dos telespectadores, permanecendo em sua memória coletiva. A foto de *Albert Einstein* com a língua pra fora, as

“Em termos mais simples, pode-se dizer que o surto de uma nova tecnologia, que estende ou prolonga um ou mais de nossos sentidos em sua ação exterior no mundo social, provoca, pelo seu próprio efeito, um novo relacionamento entre todos os nossos sentidos na cultura particular assim afetada” (MCLUHAN, 1977, p. 70-71)

⁹ Palavras do filósofo Mário Sérgio Cortella em palestras no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYT7vahkr_0>. Acesso em: 3 abr 2014.



músicas dos *Beatles* ou de *Elvis Presley*, as cenas do *Word Trade Center*, a queda do Muro de Berlim. É interessante lembrar que todas essas coisas não se deram aqui no Brasil, mas os meios de comunicação, em especial a televisão, possibilitou que tivéssemos experiências que de outra forma não teríamos graças a essa ruptura no espaço-tempo (THOMPSON, 2009). Ou seja, se antes uma experiência se dava ao vivo, *in loco*, numa interação face-a-face, hoje em dia podemos dizer que vimos o homem descer na lua, vimos o assassinato de John Kennedy, vimos o casamento da Princesa Diana, bem como sua morte, sem necessariamente nos encontrarmos no contexto de co-participação. Por isso, Silverstone (2005, p. 245) afirma que praticamente “não há nenhuma separação a ser mantida entre memória mediada e não-mediada”. Nesse sentido, Thompson afirma que a mídia desempenha um importante papel no andamento dos acontecimentos e nas nossas experiências mediadas.

A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência (THOMPSON, 2008, p.106).

Esses eventos foram marcantes. As pessoas conseguem se lembrar deles de forma muito vivas. Perguntas do tipo “o que você estava fazendo no dia 11 de setembro de 2001” são feitas e as lembranças desse dia são facilmente evocadas. As pessoas geralmente se lembram onde estavam, como receberam a notícia, o que fizeram, qual foi a reação e, para nossos objetivos o mais importante, onde *assistiram*. “A memória para tais eventos parece ser bastante resistentes ao esquecimento ao longo do tempo” (FOSTER, 2011, p. 72). Nossa memória coletiva é midiática, ou melhor, midiaticizada.

A mídia também modela nosso passado. Pensemos no Holocausto. Por que achamos aquele fato histórico tão terrível e sombrio? O que vem a mente? Certamente são as imagens, os filmes, de pessoas em situações não-humanas. Hollywood certamente influenciou no nosso processo de ter o Holocausto como algo absurdo, lamentável, que nunca deveria ser repetido. Temos relatos em vídeo de vítimas que estiveram lá, que sofreram, que passaram por toda aquela perseguição dos Nazistas. Para a maioria de nós, o que vem a lembrança quando falamos sobre *Auschwitz* e outros campos de concentração são as imagens produzidas por *Steven Spielberg*. “Para o restante de nós, hipnotizados pelas cenas de horror, o que nos lembramos é do filme [...]. O Holocausto se torna filme. O filme se torna Holocausto” (SILVERSTON, 2005, p. 241).



A mídia não apenas nos oferece suas versões do passado e do presente. Ela as constrói globalmente. Claro que nem todo mundo tem acesso aos meios de comunicação. Mas uma Copa do Mundo é vista por três bilhões e meio de pessoas – metade da população do Planeta. Essa ideia faz parte do que McLuhan chamou de *Aldeia Global*: processo pelo qual os meios de comunicação levam as pessoas a uma identidade coletiva com base tribal.

As descobertas eletromagnéticas recriaram o ‘campo’ simultâneo de todos os negócios humanos, de modo que a família humana existe agora sob as condições de uma ‘aldeia global’. Vivemos num único espaço compacto e restrito em que ressoam os tambores da tribo (MCLUHAN, 1977, p. 58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa sociedade atual, mediada, fortemente impactada pelos meios de comunicação, memória coletiva e mídia estão intimamente ligadas. Impossível falar de uma sem esbarrar na outra. Assim como a memória humana é reconstrução, a mídia também ‘molda’ boa parte do que fazemos enquanto humanos em busca de identidade, ou melhor, em busca de uma memória social. Nossas memórias são mediadas, intervindas com o advento da tecnologia. Antes lembrar estava associado a escutar. Hoje, está associado a assistir.

Por um lado, isso não pode ser aplicado para todas as pessoas e em todas as sociedades no mundo. Por outro lado, é inegável que, na maioria das sociedades, o que lembramos, codificamos, e armazenamos está relacionado ao assistir, ao ver imagens, ao que foi reproduzido nos meios de comunicação. Isso não quer dizer que a técnica em si é responsável pela nossa memória coletiva, mas que a própria estrutura da nossa sociedade tecnológica é que possibilitou a mídia fosse nossa memória. Afinal, é nela que buscamos orientação, e tomamos como ponto de referência para nossa sociedade.

Uma vez que nossas lembranças não são exatamente nossas, mas são constituídas no interior de um grupo social no qual participamos (HALBWACHS, 2006), a memória coletiva atual certamente se passa de forma significativa pelos meios de comunicação social. Através dos meios de comunicação, incorporamos inconscientemente normas culturais e memórias compartilhadas pelos meios de comunicação que transformamos em coisas nossas. Esse fato é significativo, principalmente se queremos entender o *status* e a força da memória coletiva em nossa sociedade atual.



REFERÊNCIAS

- CALVET, Jean-Louis. **Tradição Oral e Tradição Escrita**. São Paulo: Parábola, 2011.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- FOSTER, Jonathan. **Memória**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2006.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- _____. **A Galáxia de Gutemberg**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- O'SHEA, Michael. **Cérebro**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- PLATÃO. **Fedro**. Rio de Janeiro: Globo, 1969.
- REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga vol. II**. São Paulo: Loyola, 1994.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.
- THOMPSON, John. **Mídia e modernidade**. São Paulo: Vozes, 2009.